

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E INDÚSTRIA BÉLICA: EXPRESSÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Bruno Gawryszewski¹

Adriana Machado Penna²

Marcelo Paula de Melo³

Resumo

Os megaeventos esportivos estão fortemente arraigados nas relações sociais capitalistas há pelo menos três décadas. O artigo discute a realização de tais eventos e os compreende como uma ferramenta do capital para manter ciclo de reprodução de valor e, conseqüentemente, adiar crises de superprodução. Para isso, é destacado o alto investimento das esferas de governo na indústria de armamentos e tecnologias bélicas a fim de implementar um modelo de segurança pública que preza pelo domínio territorial e militarizado, particularizando o caso do município do Rio de Janeiro, a partir da ocupação de favelas pelas Unidades de Polícia Pacificadora.

Palavras-chave: megaeventos esportivos, capitalismo, indústria bélica, domínio territorial-militar

¹ Docente da Faculdade de Educação – UFRJ; Doutor em Educação – UFRJ. E-mail: brunogawry@gmail.com

² Docente do Instituto Noroeste de Educação Superior – UFF; Doutora em Serviço Social – UERJ. E-mail: dricapenna2009@hotmail.com

³ Docente da Escola de Educação Física e Desportos – UFRJ; Doutor em Serviço Social – UFRJ. E-mail: marcelaomelo@gmail.com

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Abstract

The sports mega events have been deeply rooted on capitalist social relations for at least three decades. This article discusses the achievement of such events and understands them as a tool of the capitalism for keeping the cycle of value reproduction and, as a result, postponing over-production crisis. For that reason, the high investment from areas of the government on weapon industries and technology is emphasized so as to implement a model of public safety which aims to control and militarize some territories, in special the city of Rio de Janeiro, starting from the occupation of favelas by the Pacifying Police Units.

Keywords: Sports mega events, capitalism, weapon industry, territorial and military control

Resumen

Los mega-eventos deportivos están fuertemente arraigados en las relaciones sociales capitalistas, desde hace por lo menos tres décadas. El artículo discute la realización de tales eventos y los comprende como una herramienta del capital para mantener el ciclo de reproducción de valor y, consecuentemente, retrasar la crisis de superproducción. Para eso, cabe destacar, las altas inversiones de las esferas de gobierno en la industria de armamentos y tecnologías bélicas con el fin de implementar un modelo de seguridad pública que premia el dominio territorial y militarizado, y en particular, el caso del municipio de Rio de Janeiro, a partir de la ocupación de las favelas por las unidades de la Policía Pacificadora.

Palabras Clave: Mega-eventos deportivos, capitalismo, industria bélica, dominio territorial-militar

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Introdução

Como resultado da reorganização do modo de produção capitalista que ocorreu em função da crise vivida a partir dos anos de 1970 – desencadeando a emergência das políticas neoliberais como saída para tal crise –, chama a atenção a profunda perda de autonomia experimentada pelos Estados contemporâneos, dada a polarização político-econômica criada em nome da expansão e acumulação do capital. Dentro dessa polarização do sistema, vale lembrar que, a partir das décadas de 1980 e 1990, os países dependentes, ao mesmo tempo, em que implementaram a abertura unilateral de suas economias, também sofreram internamente o crescimento exorbitante do desemprego e da recessão.

Neste contexto, e nos valendo do materialismo histórico e dialético enquanto instrumento metodológico que nos levará à apreensão da realidade concreta, pretendemos, de modo geral, discutir a complexidade e a sofisticação dos megaeventos esportivos sob o capitalismo contemporâneo, destacando sua busca incessante por mecanismos que desloquem a sua contradição fundamental: a superprodução. Sob essa perspectiva não abriremos mão de tratar os megaeventos esportivos como um fenômeno inserido às circunstâncias ideológicas, políticas e econômicas atuais.

Assim, e nos limites que cabem a esse artigo, pretendemos discutir o alto investimento em armamentos e tecnologias bélicas para executar a política de segurança pública nas cidades e países-sedes de megaeventos esportivos, conferindo especial atenção ao Rio de Janeiro, em que tal política tem fortalecido um padrão de segurança militarizado e territorializado.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Para esse fim, serão discutidas as relações entre megaeventos esportivos e a lógica de valorização do capital no atual fase do capitalismo internacional, além da sua expressa relação com a busca de espraiamento do esporte como mercadoria global. Ainda, discutiremos o processo de vinculação dos megaeventos com o incremento de atividade da indústria bélica, o que possibilita a expansão e/ou criação de um novo nicho de negócios por meio das compras governamentais diretamente relacionadas aos grandes eventos.

Como campo de análise, realizaremos uma pesquisa documental tendo como principais fontes tanto documentos governamentais, como de organismos internacionais. As reportagens jornalísticas servirão de fontes no tocante, sobretudo, aos dados quantitativos expostos, visto presumirmos minimamente seu compromisso com a verdade, malgrado as concepções de mundo e projetos societários que contornam a atuação das empresas midiáticas, pondo severos limites à atuação dos trabalhadores da mídia.

1 - Por que sediar um megaevento esportivo?

Os anos de 1970 e 1980 demonstram – em função dos impactos decorrentes da crise vivida pelo capital a partir dos anos de 1970 – a existência de uma espécie de resistência por parte dos países-membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) em sediar os Jogos Olímpicos, sobretudo por conta do desastre financeiro contabilizado pelos Jogos de Montreal, em 1976, em que ocorreu aumento significativo de impostos e amortização dos efeitos dos gastos com o evento pelo Estado (Grijó, 2009).

À época, os países-membros do COI questionavam os gastos que seriam feitos em função dos compromissos com a organização de eventos deste porte, o

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

que iria à contramão das políticas hegemônicas que passaram a pregar “diminuição” do Estado. Foi diante dessa conjuntura que os EUA foram convencidos pelo COI a sediarem os Jogos Olímpicos de 1984 (Los Angeles).

Pela primeira vez os Jogos Olímpicos modernos assistiram a adoção de um planejamento rigoroso pautado pelo *marketing* empresarial, além do uso dos direitos de transmissão televisiva “para financiar os gastos de preparação das instalações e o comitê organizador acabou tendo um lucro significativo” (Proni, 2014, p, 96). Surgia naquele contexto uma nova lógica dos negócios esportivos, gerando assim a necessidade de uma visão estritamente empresarial no trato da relação custo-benefício decorrentes dos megaeventos. Essa nova conjuntura foi observada também nas versões dos Jogos em 1988, na Coreia do Sul, que fez dos Jogos um palco para apresentar ao mundo seus produtos e, sobretudo, sua política de expansão de exportação. Demonstrava-se ao mundo que os níveis de investimentos assumidos pelo Estado estavam diretamente relacionados à imagem de uma nação forte e economicamente conectada ao mercado mundial. Portanto, para Proni (2014, p. 96-97) surgia assim um conceito novo o qual defendia que

[...] na era da globalização, sediar os Jogos Olímpicos contribui não apenas para afirmar o valor de um povo, sua capacidade de realização no campo esportivo, mas também para alavancar negócios e alcançar um novo *status* no circuito de cidades que nucleiam os fluxos de capital e mercadorias.

Contudo, foi a partir dos Jogos de Barcelona (1992) que a ideologia dos legados ganha o centro dos debates mundiais acerca dos megaeventos esportivos. Em Barcelona, a ideia dos megaeventos como elemento propulsor de economias debilitadas e em recessão foi posta em prática. Pode-se dizer que a partir de então, e ao contrário do que fora verificado nos anos de 1980, há uma

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

verdadeira disputa entre países para abrigar megaeventos do porte dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol. Os megaeventos passaram a requisitar um número sempre maior de investimentos, tornando-os cada vez mais onerosos aos Estados. Desta forma os Estados tiveram que elaborar mecanismos cada vez mais convincentes junto à opinião pública na busca por legitimar os altíssimos volumes de recursos públicos comprometidos com a viabilização desses megaeventos. Assim, a ideia central passou a girar em torno do legado a ser herdado pelo país, afirmando que a sua dimensão estaria para muito além do legado esportivo (Proni, 2014).

Ao tratarmos do Brasil e dos megaeventos aqui sediados, nos deparamos com mecanismos que se assemelham àqueles acima citados. A conjuntura mundial que carrou o fenômeno em série dos megaeventos para o Brasil traz em si uma perspectiva dominante de sociedade e de homem que precisa, de preferência, ser assimilada de forma acrítica, descaracterizando a irracionalidade presente em sua ordem econômica, política e ideológica. Sendo assim, chamamos a atenção para o fato de que tal fenômeno se impõe como uma tendência mundial, portanto, inserida à totalidade das relações sociais de produção da existência e de suas crises cíclicas. Não pode, portanto, ser analisado como uma particularidade vinculada à condição econômica e política brasileira, ainda que seja necessário apontarmos as suas especificidades.

Nesse sentido, o esporte, entendido aqui como segmento econômico imerso nas relações capitalistas, conforma-se como uma opção aos interesses burgueses que buscam agir pelo processo de combinação ou de migração para novos e distintos setores, a exemplo do que tem ocorrido com o setor de serviços aquecido pelos megaeventos no Brasil (Penna, 2011, p.122).

Por meio de uma aliança entre governantes de diversos partidos (mesmo opositores dentro do mesmo projeto político), frações burguesas locais e

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

internacionais e a grande imprensa, conforma-se um campo de interesses políticos e econômicos que formula um marco discursivo de modo a potencializar possíveis vantagens competitivas da cidade. Dessa forma, uma cidade amplamente afinada às maiores possibilidades de lucros de diversas frações burguesas implica em profundas modificações de ordem urbana, legal e política, o que conduz a uma lógica mercantil que integra a racionalidade capitalista de transformar os elementos da vida urbana em valor de troca.

Tendo em vista a vitória do Brasil para sediar a Copa do Mundo de futebol em 2014 (com direito a final no Rio de Janeiro) e a organização dos Jogos Olímpicos de 2016, os dois maiores megaeventos esportivos projetariam a cidade para além da fronteira esportiva, especialmente na construção da “cidade-marca” (Gomes et. al, 2013), ou seja, dotar o Rio de Janeiro de capital simbólico que transmita mensagens positivas sobre a cidade. Esse projeto de cidade olímpica busca evidenciar suas qualidades natas (belezas naturais, extensa área verde, paisagem ensolarada), humanas (a dita simpatia e o bom humor do carioca) e culturais (diversidade de manifestações culturais) numa versão modernizada ao investimento do capital nos setores de turismo, cultura e imobiliário.

A promoção dos megaeventos esportivos é parte central das estratégias de obtenção de consenso por parte do bloco no poder no país. Cumpre registrar que as pretensões de sediar grandes eventos esportivos (Jogos Olímpicos, Copa do Mundo de Futebol) são anteriores a 2003. Até porque o bloco no poder esportivo, representado pelas longevas lideranças de Ricardo Teixeira na Confederação Brasileira de Futebol de 1989 a 2012 e Carlos Arthur Nuzman no Comitê Olímpico Brasileiro (COB) desde 1995, acalentava esse desejo como parte de suas buscas por reposicionarem-se no âmbito de suas organizações esportivas em nível internacional.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Os megaeventos esportivos são alçados à condição de catalisadores das mudanças na infraestrutura da cidade, pois o investimento é compreendido como “custo de oportunidade”, que apenas estariam se efetivando por conta de uma situação excepcional e que traria dividendos em todas as esferas da sociedade⁴ (O Globo, 2015).

Também não menos importante é o fato de que o contexto em torno dos megaeventos esportivos tenha favorecido a irrupção dos protestos em massa. Se os megaeventos esportivos não podem por si mesmo explicar a rebelião social que tomou conta do país em 2013, o perdularismo e a corrupção estrutural que assolam o Estado brasileiro, também se refletiram nos gastos públicos em torno da construção de equipamentos esportivos e todo um reordenamento urbano para que, no fim das contas, as cidades fossem entregues aos interesses particularistas de uma fração empresarial organizada e sob indícios de cartelização.

Dentre os maiores empreendimentos urbanos no Rio de Janeiro, não é possível ignorar a intensa participação de quatro empresas: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa. Tomando como parâmetro os 20 maiores empreendimentos, pelo menos uma das empresas aparece como participante de consórcio de administração ou como empreiteira executora das obras, além de, em alguns casos, as empresas formarem consórcios entre si, como é o caso das obras do Veículo Leve sobre Trilhos ou do corredor expresso rodoviário Transolímpica. O montante investido pela Prefeitura do Rio (R\$ 10,4 bilhões), BNDES e Caixa Econômica Federal (R\$ 10,5 bilhões) e Governo do Estado (R\$ 8,7 bilhões) beneficiou em grande parte as “quatro irmãs”, assim como

⁴ Exemplo é a declaração do Prefeito do Rio de Janeiro em entrevista: “Essa melhorias, que há décadas eram aguardadas pela população, só estão sendo feitas porque o Rio conquistou o direito de sediar um evento catalisador de recursos.”.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

empreiteiras em participações minoritárias como Queiroz Galvão, Cyrela, Rossi, João Fortes, Carvalho Hosken, Carioca Nielsen e Delta⁵.

O que de fato está em jogo por meio da promoção de megaeventos esportivos consiste, sobretudo, em absorver os excedentes de capital que não estejam alocados no processo de circulação para reprodução de seu valor. Tendo em vista que o capitalismo é um modo de produção que se destina perpetuamente à produção de excedentes, a realização dos megaeventos esportivos, especialmente para os países do grupo BRICS, constitui uma medida particular que atende ao funcionamento do sistema capitalista, sobretudo em momentos de crise. Nesse contexto os megaeventos esportivos contemporâneos se apresentam como um dos mecanismos (entre outros existentes) capazes dinamizar a economia mundial, à medida que cria condições propícias para que tanto as corporações transnacionais de nações do centro do capitalismo, como as frações burguesas locais mais bem posicionadas possam extrair maiores lucros, fruto desse evento esportivo (e comercial).

2 - Indústria bélica e megaeventos esportivos

Ao observarmos o cenário mundial é possível identificar que a cada edição de um megaevento esportivo, a preocupação com a segurança pública volta à tona. Durante a Copa de 2010 na África do Sul, o quantitativo policial foi quadruplicado em função da competição. Não muito diferente do Brasil, a África do Sul também conta com um exército de segurança privada que é maior do que

⁵ É possível conferir o quadro completo dos 20 maiores empreendimentos e a participação das respectivas empresas em <http://proprietariosdobrasil.org.br/donos-do-rio/>, acesso em 12 mar. 2015.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

as forças armadas nacionais⁶. O governo federal da África do Sul desembolsou em torno de US\$ 120 milhões (1,3 bilhões de rands), o que incluiu a contratação de 41 mil policiais e na aquisição de equipamentos de monitoramento e controle territorial, veículos como helicópteros e carros para segurança do evento.

Durante a Copa do Mundo de 2014, o governo federal brasileiro coordenou em conjunto com as demais esferas de governo, um quantitativo de 150 mil agentes de segurança pública do Estado, acrescido de 20 mil seguranças aos eventos privados, tais como jogos, treinos, hotéis e *fan fests*. Esse contingente de segurança de natureza privada esteve a serviço da FIFA e orientados por ela, mas os custos de sua contratação, equipamento e treinamento foram arcados pelo Estado e suas instâncias locais. Contabiliza-se (caso tenham sido gastos todo o orçamento previsto) um investimento que girou na ordem de R\$ 1.9 bilhões, o que incluiu especialmente recursos para as operações, captação de agentes, armamento, treinamento e tecnologia⁷.

As cidades brasileiras que sediam esses eventos, em particular o Rio de Janeiro, estão investindo altas somas de recurso público para dotar as respectivas polícias de armamento capaz de intimidar manifestações e dispersar à base da força possíveis distúrbios e confrontos. Em dezembro de 2013, o governo federal anunciou que 10.000 agentes da Força Nacional foram preparados para compor uma tropa de choque especialmente treinados para lidar com distúrbios urbanos. No âmbito local, a tropa do choque da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro recebeu treinamento da polícia francesa em táticas de contra-insurgência urbana utilizadas nos subúrbios franceses, fazendo simulações

⁶ 360 mil agentes de segurança privada contra os 100 mil policiais empregados pelo Estado. Disponível em http://www.rosalux.co.za/wp-content/files_mf/12754600392010WorldCupsecurity.pdf, acesso em 24 abr. 2014.

⁷ PORTAL BRASIL. Brasil investiu R\$ 1,9 bilhão em Segurança para a Copa 2014. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/esporte/2014/06/especial-brasil-investiu-r-1-9-bilhao-em-seguranca-para-copa-2014>, acesso em 11 fev. 2015.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

de manifestações e treinando em “favelas-modelos”⁸. Não muito diferente de outros países que sediaram megaeventos esportivos, o Brasil está fortalecendo um modelo de segurança marcado pela militarização e tecnologização.

Considerando o incremento à atividade produtiva capitalista que os grandes eventos esportivos trazem, não é surpresa que a chamada Indústria bélica também seja parte desse movimento. Tendo como substrato a modernização das forças de segurança para barrar (supostas) ameaças terroristas – mesmo em países totalmente fora do alvo histórico dessas ações –, bem como para combater a criminalidade dos países em que ocorrem tais jogos, um novo flanco de encomendas governamentais a diversos ramos da indústria bélica – e aos seus congêneres do campo das informações – se abre. Conquistando legitimidade para a realização de tais aquisições os blocos no poder tendem a apresentar vultosas compras, impulsionando as margens de lucro outrora garantida por guerras ao complexo militar-industrial.

Dentro desse padrão de governança, o Estado brasileiro se enquadra, com perfeição, aos compromissos pactuados com as grandes corporações nacionais e internacionais. Nesse sentido avança diante dessa lógica, executando políticas que, entre outras características, produzem

(...) legislações e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações [...] em muitos casos o governo assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros. Se necessário, o Estado neoliberal além disso recorre a legislações coercivas e táticas de policiamento (por exemplo, regras antipiquete) para dispersar ou reprimir formas coletivas de oposição ao poder corporativo (Harvey, 2008, p. 87).

⁸ JANNUZZI, Flavia. Policiais franceses treinam a Tropa de Choque do Rio de Janeiro. **G1**, Jornal da Globo. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/11/policiais-franceses-treinam-tropa-de-choque-do-rio-de-janeiro.html>, acesso em 24 abr. 2014.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

O projeto neoliberal tem significado que acesso ao fundo público é agora um garantidor a priori das taxas de lucro. As diversas frações burguesas, por meio de seus prepostos que ocupam lugares na aparelhagem estatal, mantém em diversas formações sociais um conjunto de políticas que lhes permitem ter sua posição de classe mantida e aprofundada, ainda que em condições de dependência e de subordinação ao capital internacional.

As manifestações que tomaram conta do espaço público no Brasil em 2013 às vésperas da Copa das Confederações foram irrompidas por conta do anúncio do aumento de passagem do transporte público em capitais como Porto Alegre e Goiânia e ganharam ainda mais repercussão a partir de maio, quando os prefeitos das duas cidades mais populosas do país (São Paulo e Rio de Janeiro), também anunciaram reajustes nas tarifas de ônibus a serem efetivadas no mês de junho. Assim, as manifestações, gradativamente, foram tomando volume e ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho” e passaram a outras reivindicações em torno da ampliação de direitos sociais, o combate à corrupção generalizada e os gastos públicos com a realização dos megaeventos esportivos.

Significativa dificuldade dos cidadãos que estão envolvidos em lutas cotidianas é organiza-las a partir de um emaranhado de pautas que surgem por conta das diversas lacunas que a desigual sociedade brasileira não é capaz de responder a altura os anseios dos “de baixo”. Contudo, a brutalidade e a agressividade operada contra os manifestantes, ao invés de amedrontar, conseguiu aglutinar mais força para os atos de ocupação do espaço público, especialmente aqueles realizados nos dias 17 e 20 de junho (somente no Rio de Janeiro, as estimativas oficiais da Polícia Militar – geralmente estimadas para menos – dão conta de que cerca de 100 mil e 300 mil pessoas, respectivamente, participaram dos atos de rua).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Face ao aumento quantitativo das manifestações, a resposta por parte do Estado (apoiando-se na adesão militante da grande imprensa) se baseou em reprimir de forma sumária, apostando na dissolução rápida dos protestos. De modo que o rumo da conjuntura não ocorrera como o planejado, tanto o Estado quanto a grande imprensa reposicionaram seus discursos, conferindo um tímido apoio à legitimidade das reivindicações (desde que pacíficas, como foi dito seguidas vezes), mas categorizando os manifestantes entre aqueles que seriam “ordeiros e pacíficos” e os “desordeiros e vândalos”, e, para isso, justificando o uso indiscriminado de todo tipo de armamento para manter o controle da ordem – leia-se gás lacrimogêneo, spray de pimenta, bombas de efeito moral, armas com bala de borracha, armas de fogo e tanques blindados. Para esses, a burla a qualquer padrão democrático da ação policial parecia sem efeito, na medida em que ações como a prisão e encarceramento dos ativistas foram fartamente questionadas por apresentarem indícios de forja de provas, uso de policiais “P2” infiltrados gerando tumultos ou violência gratuita contra pessoas que não incorriam em qualquer conduta ameaçadora.

Passado o auge das manifestações das “Jornadas de Junho” (que no Rio de Janeiro se estenderam por mais quatro meses por conta da greve unificada das redes pública municipal e estadual de ensino que chegaram a reunir milhares de pessoas em ato público), o governo federal, em conjunto com as demais esferas de governo, trataram de se reequipar com a vultosa compra de armamentos capazes não apenas de reprimir, mas de antemão, já intimidar a realização de manifestações que viessem a perturbar a ordem gerida pelo Estado.

Em maio de 2014, um mês da realização da Copa do Mundo, o Exército, a pedido de uma reportagem publicada pelo portal G1, informou que os órgãos de segurança pública requisitaram autorização para a compra de mais de 270 mil granadas e projéteis de gás lacrimogêneo e de pimenta para curtas, médias e

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

longas distâncias, adicionado de cerca de 260 mil cartuchos de balas de borracha de maior ou menor poder de intimidação. Esse quantitativo de armamento seria suficiente para fazer mais de 819 lançamentos de granadas e 797 disparos de balas de borracha por dia durante 11 meses⁹.

Em particular o Rio de Janeiro, segundo estimativas do próprio governo estadual, calcula-se que a Secretaria de Segurança Pública tenha gasto R\$ 316 milhões com infraestrutura para o sistema de segurança, compra de armamentos e demais equipamentos auxiliares como veículos especiais para transporte de cargas e animais, helicópteros e caminhões¹⁰.

O Esquadrão Antibomba da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) recebeu tecnologias avançadas da robótica para o desarme de bombas. A tropa de choque ganhou novos trajes conhecidos como Equipamentos de Proteção Individual e que para o imaginário popular ficou conhecida como vestimenta do “Robocop”, tendo em vista a alta tecnologia e o visual futurista, tal como apresentado no cinema¹¹.

Dentre os investimentos prioritários em segurança e controle da ordem, efetivou-se a construção de Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) em cada cidade-sede de jogos da Copa do Mundo. Os CICC têm a incumbência de reunir no mesmo prédio todas as forças atuantes na segurança (Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Defesa Civil e o serviço de

⁹ STOCHERO, Tahiane. Visando à Copa, PMs aumentam estoque de armas não-letais. **G1**, 12 maio. 2014, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/05/visando-copa-pms-aumentam-estoque-de-armas-nao-letais.html>, acesso em 7 nov. 2014.

¹⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Investimento em segurança para grandes eventos no Rio chegam a R\$ 316 milhões. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/investimento-em-seguranca-para-grandes-eventos-no-rio-chega-r-316-milhoes>, acesso em 11 fev. 2015.

¹¹ G1 RIO. RJ calcula gasto de R\$ 316 milhões com 'legado' de segurança da Copa. **G1**, 11 jun. 2014, disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/rj-calcula-gasto-de-r-316-milhoes-com-legado-de-seguranca-da-copa.html>, acesso em 7 nov. 2014.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

controle de trânsito, no caso do Rio, a CET-Rio¹²). No Rio de Janeiro, o prédio custou aos cofres públicos R\$ 104,5 milhões e se localiza na região central e a pouca distância do estádio Maracanã.

Os altos investimentos em segurança e controle da ordem são justificados como contrapartida de um legado de infraestrutura para as cidades. Esses investimentos que, especificamente para a consecução da Copa do Mundo, somaram R\$ 1,9 bilhão põe em evidência a importância do investimento de ativos na aquisição de armas, equipamentos bélicos e acesso ao conhecimento tecnológico desenvolvido pela indústria armamentista, que, por sinal, movimenta um poderoso segmento econômico altamente especializado e concentrado em poucas corporações. As transações comerciais para aquisição desse tipo de mercadoria geralmente envolvem estreitas (e, não poucas vezes, promíscuas) relações políticas entre os grandes capitalistas do setor bélico e o Estado¹³.

O fato é que a indústria de equipamentos e armamentos referentes à defesa e segurança pública depende em grande monta das compras governamentais (em forma de licitação) do Estado que, por sua vez, cumpre exemplar papel para a sobrevivência do capital, pois tais compras representam uma transferência direta de uma parcela do fundo público. Tal operação financeira representa um seguro e lucrativo investimento estatal em favor da indústria armamentista e que visa garantir que o capital esteja livre para circular, que as ruas não estejam obstruídas por manifestantes e que as favelas, ocupadas pelas forças de segurança do Estado, não se constituam em “focos de perigo” para a governabilidade. Assim, podemos afirmar que existe um sistema de

¹² No CICC do Rio de Janeiro, também pode abrigar, em casos de emergência, a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência e as Forças Armadas.

¹³ Visita do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, na inauguração da feira comercial de defesa e segurança “LAAD Defence & Security”. Disponível em <http://www.defesaareanaval.com.br/?p=40302>, acesso em 8 nov. 2014.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

retroalimentação, pois os gastos em defesa e segurança não só criam condições para o capital ampliar mercados para explorar riquezas e trabalho, mas em si mesmos, garantem a sustentação de um segmento econômico que vai se ocupar de produtos usados para a destruição e dominação territorial – e, por isso, são muito bem remunerados para oferecer tecnologias inovadoras para essa missão.

Não por acaso, um dos países que o Brasil mais tem acordos comerciais no segmento de tecnologia militar e bélica é Israel. Envolvido em guerra permanente com os palestinos desde a proclamação do seu Estado nacional em 1948, cerca de 30% do seu orçamento anual é destinado às Forças Armadas (por volta de 20% é sustentado pelo apoio direto de US\$ 3,5 bilhões anuais dos Estados Unidos), o que demanda a dependência de atração de mais capital para sustentar a sua indústria bélica. Nesse sentido, o Brasil é um de seus principais clientes beirando a casa de US\$ 1 bilhão, o que dá ao país a pouco honrosa quinta posição como maior importador de armas e tecnologias israelenses¹⁴.

Essa estreita relação chegou também ao campo da segurança pública. Os veículos blindados (os famosos Caveirões) utilizados pela Polícia Militar para as operações do batalhão de choque, especialmente em incursões armadas nas favelas cariocas, é de fabricação israelense da empresa Global Shield e passou por um processo de licitação em 2013, em que foram adquiridas mais oito unidades.

Especificamente no que tange aos megaeventos esportivos, o complexo militar-industrial israelense tem se destacado como um importante fornecedor de equipamentos para o Brasil. Durante a Copa do Mundo, um drone fabricado pela Elbit Systems, foi comprado pela Força Aérea Brasileira por US\$ 8 milhões, a fim

¹⁴ DICHTCHEKENIAN, Patrícia. Contratos militares entre Brasil e Israel chegam a quase R\$ 1 bilhão, revelam documentos. **Opera Mundi**, disponível em [http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/38409/contratos+militares+entre+brasil+e+israel+chegam+a+quase+r\\$+1+bilhao+revelam+documentos.shtml](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/38409/contratos+militares+entre+brasil+e+israel+chegam+a+quase+r$+1+bilhao+revelam+documentos.shtml), acesso em 12 nov. 2014.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

de ser utilizado para monitorar grandes áreas urbanas, por conta de suas 10 câmeras em alta resolução, em que pode visualizar vários alvos e posições ao mesmo tempo¹⁵.

Por conta da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, o comitê organizador da Rio-2016 fechou um contrato de patrocínio com a empresa de segurança israelense ISDS (*International Security and Defence Systems*) para fornecimento de *softwares* de monitoramento e tecnologia para integração de dados e comunicação¹⁶.

Não nos surpreende, portanto, que a onda de megaeventos produzidos no Brasil busque legitimar, em nome do “interesse nacional”, a produção concomitante de pelos menos duas condições essenciais à autorreprodução ampliada do capital. Quais sejam, o reaparelhamento de sua estrutura repressiva e, ao mesmo tempo, sua adequação à lógica do “complexo militar-industrial”. Este último é entendido como “a linha de menor resistência do capital” (Mészáros, 2002) na medida em que assegura, ainda que de forma provisória, a ampliação significativa da expansão do capital e o deslocamento de suas contradições internas em busca de novas margens de expansão e novas maneiras de sobrepujar as barreiras que encontra pela frente.

Nesse sentido, e seguindo o pensamento de Mészáros (2002, p.692), o “complexo militar-industrial” se apresenta ao capitalismo contemporâneo como um equivalente funcional mais fácil e viável, acelerando o processo de produção para

¹⁵ G1. FAB compra novo drone para vigiar estádios durante a Copa do Mundo. **G1**, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/fab-compra-novo-drone-para-vigiar-estadios-durante-copa-do-mundo.html>, acesso em 12 nov. 2014.

¹⁶ FOLHA ESPORTE. Rio-2016 fecha acordo de patrocínio com empresa de segurança israelense. **Folha online**, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2014/10/1536942-rio-2016-fecha-acordo-de-patrocínio-com-empresa-de-seguranca-israelense.shtml>, acesso em 12 nov. 2014.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

um consumo cada vez destrutivo e que não atende às necessidades humanas.

Assim

Já que o capital, no que diz respeito a seus objetivos auto-expansivos de produção, é totalmente desprovido de um quadro de referência e de medida humanamente significativo, a passagem da produção *orientada-para-o-consumo* ao 'consumo' pela *destruição* pode se dar sem qualquer dificuldade importante no campo da própria produção. Ao mesmo tempo, os obstáculos para a necessária racionalização político-ideológica e a legitimação de tais mudanças podem ser prontamente desmantelados pelos interesses privados dominantes e pelo Estado capitalista pela manipulação da 'opinião pública' e pelo controle combinado dos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, a ação estatal não se furtou em viabilizar diversas formas de violência contra qualquer obstáculo que pudesse interferir nos interesses do capital. Tal pressuposto ficou expresso, por exemplo, na conduta de diversas prefeituras municipais que promoveram remoções forçadas de moradias em todo o Brasil, na qual são estimadas em torno de 250 mil pessoas. Os projetos propagados como de interesse público na área de transporte, urbanização e saneamento básico, mas que, não poucas vezes, revelam interesses especulativos e imobiliários nas respectivas localidades (Ancop, 2014), assim como a repressão sobre as manifestações populares e aos movimentos sociais, negando-lhes legitimidade.

Conforme fora abordado por Taiguara Souza, essas circunstâncias foram propícias à criação (tão defendida e difundida, sobretudo, pela grande imprensa) de uma ideia na qual "aquele cidadão que está nos protestos populares é considerado um inimigo que deve ser combatido, a ação policial remonta à ideia do toque de recolher, muito característico da época da ditadura, que é retirar o manifestante da rua" (apud Tavares, 2013).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Todo esse reaparelhamento da repressão por parte do Estado vem acompanhado de uma adequação do aparato jurídico e administrativo que o sustenta. Vale, para tanto, dar destaque às inúmeras leis e decretos de leis sancionados no sentido de legitimar a repressão e a violência policial, sob a justificativa da garantia da lei e da ordem nacional. Deste modo, como lembra Arantes (2014, p. 363) desde os movimentos de Junho de 2013 “ao *spray* de pimenta e à bala de borracha adicionou-se o Pacote da Ilegalidade, que desde então não para de crescer e multiplicar-se”. Entenda-se por pacote da Ilegalidade a parte mais acintosamente visível e alardeada do estado de exceção, que abarcaria, dentre outras ações, pronunciamentos do Executivo, embasando a suspensão do ordenamento e a identificação do inimigo, passando pelo posicionamento pouco (ou muito?) ortodoxo de certos magistrados [...] chegando à instauração, por meio de decreto do executivo estadual n. 44.302 [...] da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Políticas (Ceiv), que, apesar da vida curta, deixou frutos – diversos inquéritos policiais instaurados até correm ainda em sigilo. Arantes (Ibidem) lembra ainda das demais leis que, a partir de então, passaram a legitimar o processo de criminalização de manifestantes e organizações políticas:

E por aí vamos no rol dos monstregos, como a Lei dita das Máscaras (Lei Estadual n. 6.528, de 11 de setembro de 2013), Lei de Associações Criminosas (Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013), reativação da Lei de Segurança Nacional de 1983 (n. 7.170) etc.

Concordando com Teixeira (2014) é possível perceber que o tempo percorrido entre junho de 2013, até junho de 2014 – mês da abertura da Copa do Mundo – o “Estado brasileiro teve tempo e ocasiões suficientes para aprender a lidar com os protestos de rua que mudaram a conjuntura política do país”. Ao

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

mesmo tempo aquela conjuntura também demonstrou que “o essencial de Junho já foi assimilado pelo Estado brasileiro: uma minoria organizada pode criar uma situação que fuja do controle tanto da máquina repressora quanto da mesa de cooptação e fazer recuar vinte centavos, e depois mais vinte, até sabe-se lá onde...”. Era necessário, portanto, uma “nova evolução tática da repressão” (Teixeira, 2014).

Durante o período em destaque, a força policial entendeu que os métodos convencionais de repressão às manifestações, “como o uso indiscriminado de bombas de gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta, balas de borracha, prisões por falsos flagrantes e outros expedientes do tipo não estavam sendo suficientemente eficazes para ‘pacificar’ as ruas” (Teixeira, 2014). Prova disso é que muitos movimentos radicalizados ainda repercutiam pelo país. Frente a este quadro, o Estado precisava empregar “novas disposições táticas aos grupamentos policiais para que os protestos deixassem de dispor de condições físicas, jurídicas e psicológicas para acontecerem” (Teixeira, 2014).

Exigiu-se assim um novo padrão de ataque ao ‘inimigo’ que, respaldado também pelos órgãos de inteligência, garantiriam o aprimoramento das táticas até então empregadas. Estas, a partir de então, passaram a ser guiadas pela sistematização técnica do uso da força e pela sofisticação tecnológica o que intensificou as políticas informação e controle preventivo, atuando, por exemplo, na quebra de sigilo e no monitoramento das ações de organizações políticas e manifestantes. A nova estrutura de repressão do Estado precisava, portanto, impor uma nova dinâmica. Esta seria alcançada pelo aumento indiscriminado da truculência policial para a garantia da estratégia do “Não vai ter protesto” (Teixeira, 2014). Ou seja, o aparelho repressivo do Estado passou a aplicar um conjunto de táticas, sobretudo, na perspectiva de desmontar os protestos ainda na sua fase de concentração, “justificando” a aquisição de todo o arsenal bélico.

Issn: 1808 - 799X
ano 13, número 21 – 2015

3- A lógica territorial-militar da segurança pública no rio de janeiro

A expressão “retomada do controle territorial” (nas favelas), empregada fartamente pelos respectivos governadores e gestores que compõem os órgãos de segurança pública, bem como a grande mídia, nos parece ser um indicador crucial de que as chamadas forças da ordem estariam avançando em retomar um suposto monopólio do uso da violência pelo Estado nesses territórios que, outrora, estariam sob “júdice” de grupos criminosos armados.

Nos maiores veículos da imprensa carioca abundam os mapas que mostram os territórios a serem reconquistados pelo Estado, bem como as metáforas bélicas, indicando que o Rio de Janeiro – por estar numa situação de violência endêmica e fortemente belicosa, segundo retratados por esses meios de comunicação – estaria numa conflagração de violência semelhante a uma guerra. Por isso, expressões como “guerra do Rio”, “batalha”, “Dia D”, “libertação”, afloram como palavras-chave nas reportagens sobre o tema (Souza, 2012).

Contudo, muito além de discursos proferidos, a lógica que tem guiado a atuação do governo estadual na segurança pública no Rio de Janeiro, tem se notabilizado por um sentido territorializado e militarizado. Territorializado porque orienta as suas ações de maneira diferenciada, levando em conta o local a receber uma operação das forças de segurança, fazendo distinção entre bairros predominantemente habitados pela classe média e alta e as classes trabalhadoras da base da pirâmide social. Ainda mais distinto, é se levarmos em conta a distinção entre favela e “asfalto”. Em que pese a polícia frequentemente violar os direitos dos cidadãos, as violações na favela são cometidas de maneira exponencial, por se tratar de um território “potencialmente perigoso”, habitado por

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

“não-cidadãos”, logo, um território em que os direitos previstos em lei não se aplicam àquele espaço. Dessa forma, podemos considerar que, frequentemente, nas operações policial-militares executadas nas favelas, há uma interrupção do direito, sem que a ordem jurídica respalde qualquer direito ou proteção aos cidadãos que lá vivem, configurando um permanente “estado de exceção”.

E é uma lógica militarizada, pois não só emprega forças de segurança militares (Polícia Militar e Forças Armadas), mas porque possuem um *ethos* militarizado, no entendimento de que as favelas são tomadas por “inimigos” (no caso, os narcotraficantes) e que os territórios precisam ser libertados em prol do bem-estar da população¹⁷.

A iniciativa que mais se notabilizou foi a ocupação policial de favelas estratégicas no Rio de Janeiro, através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Inspirado na experiência colombiana de redução da violência urbana e de combate às guerrilhas em Bogotá e Medellín, o modelo adaptado às terras cariocas se forjou como alternativa às “megaoperações” de tomadas provisórias de acessos e de pontos específicos das favelas. Comumente, as operações policiais se caracterizavam por alto grau de letalidade e todo tipo de violação dos direitos humanos. Dessa forma, a novo formato da política de segurança começou em novembro de 2008 pelas favelas Cidade de Deus e Dona Marta.

As ocupações são realizadas no seguinte *modus operandi*: 1) retomada do território: o Batalhão de Operações Especiais (Bope) ocupa e permanece na favela. É nesse momento em que geralmente ocorrem alguns confrontos

¹⁷ O então Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Renê Alonso, na ocasião de processo de implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na favela da Rocinha, ao pedir apoio da população, declarou que “Viemos trazer paz. *Não estamos aqui por causa dos bandidos, mas por causa de vocês.* Viemos para lhes defender. Para defender a ordem, os direitos humanos e a democracia”. BASTOS, Isabela (ET AL), **O Globo online**, disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-participam-de-reuniao-com-bope-3249927>, acesso em 24 mar. 2015.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

armados, apreensão de armas e prisões de chefes locais; 2) estabilização do ambiente e entrada da UPP para administrar a segurança; 3) ocupação definitiva: a polícia passa a fazer parte da comunidade; 4) pós-ocupação: aprofunda-se o vínculo com a comunidade e busca-se estabelecer relações institucionais, especialmente com a associação de moradores (Rio de Janeiro, 2011). Até fevereiro de 2015, estavam instaladas 38 UPPs com a ocupação permanente da polícia nas favelas. Destaca-se, sobretudo, o alto contingente policial exercendo controle social sobre a favela. Segundo levantamento realizado nas 13 primeiras UPPs, o número de policiais militares no Estado do Rio de Janeiro é 2,3/1000 habitantes, enquanto nas UPPs a média indicava 18,2/1000 habitantes (Cano, Borges & Ribeiro, 2012).

O discurso da *pacificação* tem se centrado em torno dos seguintes objetivos:

- 1) Retomada do controle territorial por parte do Estado e normalização de uma rotina que não esteja sujeita a confrontos armados;
- 2) Entrada de serviços públicos e estímulo ao investimento de empreendedores privados, em vista de aumentar a formalização das atividades econômicas;
- 3) Integração da favela com o conjunto da cidade, através do reconhecimento formal de cidadania e direitos sociais, associado ao cumprimento de deveres dos moradores, buscando obter adesão ao projeto de segurança;

É preciso salientar que a ocupação policial de favelas tem um componente territorial impossível de ser ignorado, pois praticamente todas as UPPs estão concentradas em regiões geográficas em que estão presentes os equipamentos dos megaeventos esportivos, a presença de turistas, de alto investimento urbano

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

do poder público ou de empreendimentos imobiliários do setor privado ou nas beiras das principais vias expressas da cidade.

Ainda no primeiro ano de execução do modelo de ocupação das favelas, em reportagem, a grande imprensa já antecipava a pretensão do governo estadual de que seria “possível reduzir a violência na orla, que faz parte do corredor turístico da Zona Sul, restando a Rocinha e o Vidigal para completarem o cinturão de segurança”. E não escondiam que a Zona Sul e o Centro eram estratégicas porque “são responsáveis por cerca de 50% dos empregos formais da cidade”¹⁸.

A partir das seguidas ocupações, especialmente concentradas na Zona Sul, Centro e Grande Tijuca, a imprensa noticiava que o “cinturão de segurança” estava se completando, que a sensação de segurança aumentava e que o Rio de Janeiro vivia um momento histórico de declínio da violência nas últimas décadas. Até que, com a ocupação do Morro da Mangueira, consolidou-se um território retomado desde a Zona Norte até a Zona Sul, passando por vários equipamentos esportivos e empreendimentos imobiliários com maior controle policial. Conforme exposto em reportagem:

Com a UPP da Mangueira, *fecha-se o cinturão de segurança* em torno do Maciço da Tijuca. A UPP na favela permitirá que o trajeto entre a Zona Sul, o Centro e o Estádio do Maracanã – arena da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – seja feito sem que se passe ao lado de favelas sob o domínio de traficantes. O Morro da Mangueira fica a menos de 1km do estádio e da UERJ (Victor, Gonçalves & Ramalho, 2011)

A conclusão de um “cinturão de segurança” é uma estratégia que reflete a intenção dos governos e frações burguesas em articular um projeto de cidade

¹⁸ WERNECK, Antonio, ARAÚJO, Vera. UPPs vão beneficiar 300 mil pessoas em favelas do Rio até fim de 2010. **O Globo**, Rio, 1 dez. 2009, p. 17.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

segura que abranja os principais trajetos de circulação de capital, o que inclui a ocupação territorial das favelas estratégicas e a remoção dos pobres nos locais cobiçados para valorização dos empreendimentos do capital.

Contudo, se é inegável que a *pacificação* é eivada de controle social pela força coercitiva das armas, não menos importante é o dispêndio de tempo na adesão e consentimento da população local para o projeto de segurança pública. As UPPs são apresentadas à opinião pública como uma instituição dialogadora (quase a parte da Polícia Militar) e que promove eventos comunitários, coordena projetos sociais, distribui presentes e apoia iniciativas advindas da própria favela.

A dita busca da paz e das políticas de pacificação tem como substrato o controle e acomodação dos sobrantes da ordem capitalista numa posição política de pouco incômodo. Como afirma Barreira (2013, p. 67),

Paz é manter sob controle armado a população que o capital já considera sobranter: é tornar expedientes cotidianos os autos de resistência e a ocupação militar- recursos desde sempre disponíveis para o estado democrático de direito, porém agora descaradamente necessários; é fazer proliferar as periferias, reconhecê-las como tal e cercá-las da maneira mais violenta e menos custosa possível.

O mesmo autor analisa que os programas da *pacificação* estão diretamente articulados à expansão da lógica de vigilância estatal policial-militar permanente sobre os bairros pobres e nos programas de administração da pobreza. Ambos tendem a implicar na valorização imobiliária nas áreas ao redor. Redução das questões candentes da cidade à “necessidade imediata e dispendiosa de interação dos núcleos do projeto olímpico e a segurança entendida como venda de imagens de ordem e tranquilidade durante os eventos” (Barreira, 2013, p. 160).

Esse quadro indica uma atualidade na abordagem de Florestan Fernandes (2009) sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Conforme os traços

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

constitutivos apontados em pleno vapor, a lógica da repressão como forma de viabilizar a dominação e realização de lucros não é nova no Brasil. Contrariamente, pode ser apontada como uma de suas características centrais, impactando tanto a relação entre as classes sociais fundamentais, como destas com a aparelhagem estatal em sentido amplo, incluindo sobretudo, a justiça e as forças de segurança.

As contradições decorrentes não indicam falhas do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, mas sim seus traços constitutivos. Como afirma Fernandes (2009, p. 62), o capitalismo dependente está:

Preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobreapropriação repartida do excedente econômico. A superação desse tipo de capitalismo depende de transformações que o transcenderiam e que não podem provir dele, como um desenvolvimento normal.

A natureza sociopolítica do capitalismo dependente implica que seu desenvolvimento depende, "... em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e controles políticos simultaneamente 'democráticos', 'autoritários' e autocráticos', o mesmo sucedendo com as "relações pacíficas" entre as classes sociais" (Fernandes, 2009, p. 102-3). Tais relações autoritárias e autocráticas não são apenas traços psicológicos abstratos, mas compõem os modos de defesa de privilégios e vantagens concretas e materiais de formas diversas. Como mostra Fernandes (2009, p. 103):

A sociedade de classes repousa em um sistema de poder relativamente aberto e democrático (pelo qual se organiza e perpetua a dominação burguesa). Todavia, se as classes dominantes aceitam a ordem social competitiva em vários pontos,

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

exceto naqueles nos quais as suas vantagens relativas poderiam ser reais ou supostamente 'prejudicadas', tendem a solapar e bloquear, sistematicamente, o sistema de poder, que deveria ser relativamente aberto e democrático (...). O que interessa por em evidência é que existe uma completa incompatibilidade entre o superprivilegiamento de classe, como fator de diferenciação social e de estabilidade nas relações de poder entre as classes, e a adoção de sistemas políticos constitucionais e representativos. A tentativa de conciliar o inconciliável criou certas tendências que são típicas da América Latina, e culminou numa crise crônica das instituições políticas.

Esse superprivilegiamento só pode ser atacado radicalmente pela ação organizada dos de baixo, ainda que contando com reação igualmente radical do conjunto das classes dominantes e de seus prepostos. Por isso, a retomada mais expressiva e aberta da repressão como forma de combater protestos, manifestações e greves, o que ainda inclui mais que as forças de segurança, mas também a prontidão de decretação de ilegalidade de diversas greves e ocupações de trabalhadores no Brasil.

Tal modelo resulta numa relação entre as classes mediadas pela incontestante busca burguesa por realizar seus interesses à custa da superexploração e docilidade dos de baixo. Caso não contem com a disciplinada contribuição das classes trabalhadoras, a lógica de atuação estatal – em sentido amplo, por meio de um conjunto de instituições, para além do executivo – há de ter coerção aberta como marca. Essa chamada atuação forte do Estado¹⁹ para garantir a ordem e promover o que é chamado de democracia por legítimos representantes burgueses geralmente inclui formas diversas de repressão e coerção. Como afirma Florestan Fernandes (2009, p. 104-5):

¹⁹ Isso é explícito na fala do ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário acerca da atuação das polícias nas manifestações de 2013: "... Acho que tem baixar o cacete neles" In: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/05/ronaldo-sobre-os-vandalos-acho-que-tem-que-baixar-o-cacete-neles.html>, acesso em 24 mar. 2015.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

Esse Estado pode não ser uma utopia das burguesas latino-americanas, mas ele é o Estado burguês típico da América Latina capitalista, que se propõe a sufocar pela força, já que não pode resolver as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. Ele concretiza o ideal político de uma democracia no tope, circunscrita às classes privilegiadas, e de ritualização dos processos eleitorais e representativos na base. (...) A burguesia e pequena burguesia estão tentando criar o *Estado democrático* de que carecem, para preservar ou fortalecer o superprivilegiamento de suas posições de classe e dar continuidade ao modelo de desenvolvimento capitalista por associação dependente.

O *modus operandi* das diversas frações burguesas brasileiras e mesmo as internacionais, agindo no Brasil, apontam para que a realização e manutenção de suas posições de classe estão acima de qualquer compromisso político. A falta de qualquer pudor no tocante seja ao privilegiamento, seja na repressão e violência institucional, por parte das ações estatais em sentido amplo, incluindo a justiça e as forças de ordem pública (policias, exércitos e afins) indica com precisão como a burguesa vislumbra concretamente a defesa de suas posições de classe.

Considerações finais

O Brasil está imerso numa conjuntura que demanda a produção de arranjos jurídico-administrativos que favoreçam as relações institucionais, em prol do livre funcionamento do mercado e do comércio internacional. Nesse contexto tanto as ações da iniciativa privada, quanto a postura empreendedora de governos e de seus representantes são vistas como as grandes responsáveis pela produção da riqueza nacional, do desenvolvimento econômico e da

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

criatividade em todos os setores do mercado. Mantendo esse padrão de governança o Estado brasileiro tem se empenhando fortemente em criar todas as condições favoráveis para atender as exigências contidas nos protocolos da FIFA e do COI. Compromissos estes que foram firmados pelo bloco de poder articulados durante o governo Lula sob regras bem claras: ao mesmo tempo que foram entregues todas as garantias de lucros e vantagens às grandes corporações envolvidas nos megaeventos, elas teriam de ser impostas ainda que ao custo do recrudescimento da violência, a intensificação da precarização dos serviços públicos, a negação do direito à moradia, ao trabalho etc.

FIFA, COI e as inúmeras empresas nacionais e internacionais fornecedoras e prestadoras de serviços para a execução dos megaeventos no Brasil, tiveram seus contratos assinados sob regras prontamente atendidas por parte do Estado e seus entes federativos. Leis foram sancionadas e contratos foram firmados de modo a atender as demandas de um mercado flexível que exige cada vez mais relações desburocratizadas, e com mínimas possibilidades de riscos. Todas as seguranças prévias dadas pelo Brasil aos seus parceiros comerciais dissiparam quaisquer dúvidas sobre as benesses que àqueles estariam garantidas (Penna, 2011).

O projeto de *pacificação* das favelas, entre outros, depende diretamente das políticas de controle e repressão estatal. No bojo dessas políticas temos assistido o aprofundando da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e, de forma mais ampla, o controle das lutas da classe trabalhadora.

Para tanto, os interesses burgueses, em grande parte, contemplados pelos movimentos e ações do Estado brasileiro, tiveram como uma das consequências, adensar o monopólio dos meios de violência nos aparatos de repressão, em vista de garantir as liberdades requeridas pelo capital em busca da administração de sua crise. Nessa direção os megaeventos esportivos – cada vez mais

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

dependentes de investimentos exorbitantes nas áreas tecnológica, científica, militar entre outras – têm cumprido seu papel ao criar novas necessidades de consumo, o que contribuiria para

multiplicar as forças e modalidades da destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial ubíqua e catastróficamente perdulário, como indiretamente, a serviço da 'obsolescência programada' e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe das indústrias de consumo (Mészáros, 2002, p. 694)

O Brasil, ao colocar em movimento a indústria dos megaeventos, explorando ao máximo suas potencialidades destrutivas, contribui para o fortalecimento da "linha de menor resistência" frente às contradições do capital. Produz, portanto, as condições objetivas para o tão almejado deslocamento temporário das contradições do sistema.

Eis aqui, então, o que se pode denominar como o poderoso legado que os megaeventos deixarão para a classe trabalhadora brasileira: o reaparelhamento da estrutura repressiva do Estado intrinsecamente ligado aos mecanismos próprios ao funcionamento do complexo militar-industrial.

Diante desse quadro não podemos negar que o bloco no poder acabou por usar as 'Jornadas de Junho' como um grande laboratório para aprimorar e sofisticar a sua função repressiva. Contudo, há que se questionar como esse novo aprendizado assimilado pela estrutura de repressão do Estado será empregado para bloquear as lutas futuras. E, mais importante ainda: quais aprendizados ficaram como legado à organização da classe trabalhadora brasileira?

Referências

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

ANCOP. *Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil - 2014*.

Disponível em

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos, acesso em: 12/03/2015.

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. – 1ª. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e a violência na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Pedro Rocha e BRITO, Felipe (Orgs.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, pp.129-168.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina militar de comando e controle*. Brasília, 2006. Disponível em http://www.defesa.mil.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md31_d_03_doutrina_milc2_1a_ed2006.pdf, acesso em: 07/11/2014.

CANO, Ignacio, BORGES, Doriam, RIBEIRO, Eduardo (orgs.). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, LAV, UERJ, 2012.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina*. 4ª edição. São Paulo: Editora Global, 2009.

O GLOBO. O futuro da cidade em construção. *O Globo*, Morar Bem, Classificados, publicado em 22/03/2015.

GOMES, Talitha et al. Disputas simbólicas no projeto da Rio 2016: a (des) construção da cidade-marca. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro, 2013.

GRIJÓ, Fábio. Jogos de 1976 e 1992 são exemplos de fracasso e de sucesso. *Jornal do Brasil Online*. 10 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2009/10/10/jogos-de-1976-e-1992-sao-exemplos-de-fracasso-e-de-sucesso/>. Acesso em: 23/03/2015.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2008.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.

PENNA, Adriana. Megaeventos esportivos: novo templo do capitalismo contemporâneo. In: Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, 2010, Niterói. *Anais...*, Niterói, 2010.

_____. *“Esporte contemporâneo: um novo templo para o capital monopolista”*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 13, número 21 – 2015

PRONI, Marcelo Weishaupt. Megaeventos esportivos e acumulação do capital. In: CAPELA, Paulo Ricardo do Canto E TAVARES, Eliane (orgs.). Os megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina. Florianópolis: Insular. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Estadual n 42.787, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 07/01/2011, p. 2.

SOUZA, Marcelo L. Militarização da questão urbana. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.117-129, jul/dez. 2012.

TAVARES, Viviane. Entrevista com Taiguara Souza sobre os principais problemas da atuação dos poderes Executivo e Legislativo no Brasil desde as manifestações de junho.

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ. 25 nov. 2013. Disponível em: < <http://www6.ensp.fiocruz.br/movimentos-sociais/2013/entrevista-entrevista-com-taiguara-souza-sobre-os-principais-problemas-da-atuacao-dos-poderes-executivo-e-legislativo-no-brasil-desde-as-manifestacoes-de-junho/>>.

Acesso em 14/02/2015.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa. *Blog da Boitempo*. 4 de junho de 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>. Acesso em 14/02/2015.

VICTOR, Duilio, GONÇALVES, Liane, RAMALHO, Sérgio. Policiais fazem operação na Mangueira, abrindo caminho para a pacificação do morro. *O Globo online*, 19 maio 2011, disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-fazem-operacao-na-mangueira-abrindo-caminho-para-pacificacao-do-morro-2767770>, acesso em 14/02/2015.

Recebido em 24 de junho de 2015.

Aprovado em 15 de julho de 2015.